



EU PREFERIA TER PERDIDO UM OLHO: A REPRESENTAÇÃO DO ESTUPRO, NA CRÔNICA DE PALOMA FRANCA AMORIM (2017)

EU PREFERIA TER PERDIDO UM OLHO: THE REPRESENTATION OF RAPE IN THE CHRONICLE BY PALOMA FRANCA AMORIM (2017)

[10.29073/naus.v5i2.810](https://doi.org/10.29073/naus.v5i2.810)

RECEÇÃO: 26 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 4 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Natalia Cechinato , UFSC-CICS.NOVA, Brasil, cechinatonatalia@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo investiga a representação do estupro, na crônica de Paloma Franca Amorim (2017), intitulada *Eu preferia ter perdido um olho*, publicada primariamente no Jornal *O Liberal*, do estado do Pará. A autora oferece um tecido linguístico sensível ao representar uma das violências mais recorrentes contra as mulheres ao rememorar dois desses episódios traumáticos pelos quais a própria autora viveu e entrelaça a uma notícia sobre o tema, que estava em voga na época. Ela escolhe a crônica como narrativa do problema social e histórico, transportando o discurso para esta dimensão que permeia a Literatura e o Jornalismo. O estudo toma por base as discussões de Nádia Battella Gotlib (1998), a respeito da literatura feita por mulheres no Brasil, entrelaçadas aos relatos coletados por Sohaila Abdulali (2019), que faz frente à cultura do estupro e culmina nas concepções de Monique Wittig (2019) a respeito do que é ser mulher em uma sociedade sexista.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica; Cultura; Estupro; Representação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the chronicle written by Paloma Franca Amorim (2017), entitled *Eu preferia ter perdido um olho*, primarily published in the newspaper *O Liberal*, in the state of Pará. The author offers a sensitive linguistic fabric when dealing with one of the violences against a woman and thematizes rape. She uses the chronicle's resources to represent the social and historical problem and transport the discourse to the dimension that permeates literature and journalism. The study is based on the point of view of Nádia Battella Gotlib (1998), about literature written by women in Brazil, intertwined with the reports collected by Sohaila Abdulali (2019), who confronts the rape culture and culminates with Monique Wittig's conceptions (2019) about what it means to be a woman in a sexist society.

KEYWORDS: Chronicle; Culture; Rape; Representation.

INTRODUÇÃO

Refletir acerca do lugar das mulheres na imprensa brasileira, requer pensar sobre as tradições editoriais que impuseram, por um longo período, padrões que exigiram a escrita centrada em assuntos ligados à família, ao lar, à criação dos filhos e aos cuidados com a estética comercial e comercializável. Os meios de comunicação, nesse sentido, trabalham para reiterar condutas adequadas para as mulheres da família burguesa, de acordo com pesquisadoras dedicadas a explorar essas temáticas, como Dulcília Buitoni (2009) e o trabalho de Constância Lima Duarte (2016), intitulado *Imprensa feminina e feminista no Brasil*.



Sem diferir da tendência social e mercadológica do jornalismo e da literatura nacional, a crônica produzida por mulheres brasileiras permaneceu imobilizada pelas temáticas que remontam discussões centradas no que é considerado, por parte das editoriais de periódicos¹ dos séculos XIX e XX, como assuntos femininos e um repleto manual do que é ser uma mulher, sobretudo uma mulher de classe média, a exemplo dos conteúdos das revistas femininas². Um caso³ que ilustra esta situação é o de Tereza Quadros, pseudônimo de Clarice Lispector⁴, que foi cronista no *Jornal Comício*, em 1952. Nessa fase da escritora como cronista, os textos versavam sobre beleza e receitas culinárias, por exemplo, mostrando que a restrição da escrita das mulheres é prismática e está refletida até mesmo no espaço reduzido que as crônicas recebem na diagramação. Tal fato baliza as pautas e, em muitos casos, impossibilita o registro aprofundado sobre violências históricas, como o estupro, que é tema presente na vida de tantas mulheres e que pouco se lê, tanto no jornalismo, quanto na literatura. Os fatores editoriais, como quem gerencia os periódicos, quem os edita e qual é o público-alvo, contribuem para manter as mulheres em uma esfera ornamental, dentro e fora dos jornais, como é possível observar nos trabalhos supracitados, que investigam a imprensa feita por e para mulheres na esteira da história.

Como uma oportunidade de ampliar os estudos sobre a crônica feita por mulheres no Brasil, no presente artigo⁵, exploro as representações na crônica de Paloma Franca Amorim, *Eu preferia ter perdido um olho*, publicada no jornal *O Liberal*⁶, do estado do Pará, em 2017. O texto articula dois relatos de estupros vividos pela autora e dialoga com a notícia⁷ que estava em alta na época, denotando, desde a primeira camada de leitura, um artifício próprio do gênero crônica: a possibilidade de imbricar uma narrativa pessoal à outra publicizada pelo Jornalismo. No estudo, discorro sobre duas vias que se entrecortam na crônica em tela: o papel da mulher cronista ao ganhar espaço em um periódico da imprensa tradicional, ao passo que traz para o centro do texto a representação do estupro, algo ainda incipiente no que tange as narrativas cronísticas publicadas em periódicos.

Para abrir esta discussão, apresento brevemente a autora e depois estabeleço diálogo com ideias de Nádia Batella Gotlib (1998) que discute, principalmente, a literatura feita por mulheres no Brasil e afirma que dar voz e espaço para as escritoras, gera desconfortos sociais que vão ao âmago de uma sociedade misógina e machista. Gotlib (1998) considera indispensável “construir e desconstruir nomes ou sistemas de identidade feminina” e acredita que “esta é uma via trilhada pelas mulheres que escrevem no Brasil”. Tais movimentos vão ao encontro da escrita de Paloma e, por isso, investigo a narrativa de uma vítima de estupro, além de aprofundar e ampliar os estudos sobre a crônica, bem como sua posição, no âmbito do jornalismo do país.

¹ Em uma pré pesquisa no site da Hemeroteca Digital, na seção de jornais, quando insiro os termos “crônica brasileira”, os resultados mostram nomes como Lima Barreto e João do Rio. Quando insiro na ferramenta de busca “cronista brasileira”, o algoritmo exibe materiais que não estabelecem nenhuma relação com as palavras digitadas.

² Como exemplos, cito a *Revista Querida* e o *Jornal das Moças*, que traziam nas capas imagens e chamadas com foco em beleza, culinária e costumes da vida da mulher burguesa. Fonte: <https://www.revistaprosaveroarte.com/mulher-no-mundo-machista-as-revistas-femininas-nos-anos-50-e-60/>. Acesso em 25 nov. 2022.

³ Imagem do jornal *Comício*, onde encontro exemplo de diagramação de crônicas de Clarice Lispector, sob o pseudônimo Tereza Quadros. Disponível em: <https://jls.apsa.us/index.php/jls/article/download/333/354/>. Acesso em 02 dez. 2022.

⁴ Clarice produziu outras duas colunas femininas em jornais do Rio de Janeiro. Além do “Entre Mulheres” (1952), ela foi cronista no *Correio da Manhã*, assinando como Helen Palmer, na seção “Correio Feminino” (1959–1961); e no *Diário da Noite* foi *ghost writer* da atriz e manequim Ilka Soares na página “Só para Mulheres” (1960–1961). Fonte: Nunes, A. M. *Clarice Lispector jornalista: páginas femininas & outras páginas*. Senac, 2006.

⁵ O interesse por desenvolver esta investigação surge das discussões propostas no curso de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade Federal de Santa Catarina, na disciplina de Tópicos especiais Crítica Feminista e Estudos de Gênero II, ministrada pela Prof. Dra. Rosana Cassia Dos Santos, no primeiro semestre de 2021.

⁶ Para entender mais sobre a linha editorial, sugiro o artigo sobre a história de Rômulo Maiorana, proprietário do jornal *O Liberal*, produzido pela Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://www.abi.org.br/um-imperio-ao-norte-o-de-romulo-maiorana/>. Acesso em 26 nov. 2022.

⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-counta-que-acordou-dopada-e-nua.html>



PALOMA FRANCA AMORIM: UMA CRONISTA AMAZÔNICA

A representação do estupro neste trabalho é retalhada por representações literárias, mais propriamente, por relatos. Para que não se veja tal fato somente como reiteração midiática de uma violência específica, relembro que Paloma Franca Amorim, como as autoras aqui citadas, encontram na literatura um observatório privilegiado para discussão e, quem sabe, denúncia.

Ao desenhar o panorama desta crônica, escolho apresentar Paloma Franca Amorim, para depois explorar de que forma as representações presentes neste artigo são construídas, já que se constituem justamente a partir das violências sofridas por ela e que compõem seu engenho subjetivo. Nos fragmentos a seguir, encontro ressonâncias entre um contexto social e histórico inaugurado pelo estupro, como é o caso do Brasil e o momento da escrita da crônica, quando a autora põe em curso a rememoração dos fatos traumáticos.

A escritora nasce em 1987, em Belém do Pará, região norte do Brasil. A vida de escritora inicia aos 19 anos e, desde então, ela publica contos e crônicas para o público consumidor de periódicos. Entre eles está o livro *Eu preferia ter perdido um olho*, de 2017, que leva o mesmo título da crônica em análise. Como marca comum do gênero crônica, as narrativas de Paloma são escritas em primeira pessoa e, no caso da autora, é o elemento transcendente de um paradigma individual, de forma que a subjetividade é linha que costura e lacera as representações, em busca da exposição do tema do estupro, que é algo urgente e dissipado em meio à uma sociedade que culpabiliza as vítimas. Digo isso porque Paloma lança mão de suas memórias para encorpar a crônica, impondo uma crítica à subalternização e objetificação do corpo das mulheres, ou melhor dizendo, de corpos reconhecidos como de mulher, como veremos nos excertos a seguir.

Entre 2006 e 2018, Paloma mantém um espaço semanal de crônicas no jornal paraense *O Liberal* e dele surge o primeiro livro, publicado pela editora Alameda Casa Editorial. A obra reúne uma série de produções já veiculadas no periódico e na seleção, a autora explora temáticas pertinentes à contemporaneidade como a desigualdade social, geradora da fome e de mortes. Os símbolos amazônicos surgem em diversos momentos e, frequentemente, a autora apoia-se na metaforização envolvendo a água dos rios, a mata e os animais para representar sua cosmovisão ligada à Amazônia.

Além disso, a expressão literária de Paloma ultrapassa a autobiografia e o desejo decidido de escrever, sinais caros à literatura feita pelas mulheres brasileiras. Nesse sentido, a escritora abre uma fenda por onde saem sugestões sobre o que é identificar-se como mulher no Brasil e por aí é possível conhecer seu espaço social, repertório crítico e, acima de tudo, na crônica analisada, uma densidade subjetiva ao dar-se conta que ocupar o próprio corpo é ser uma vítima em potencial, como veremos a seguir.

Quando Paloma atua como cronista no caderno *Ilustrada* do jornal *Folha de S. Paulo*, a partir de 2017, levanta questões que dizem respeito à ausência de autoras paraenses nos principais eixos culturais do país, somada à aviltante condição de silenciamento de vozes de escritoras/artistas afroindígenas na mesma grade. Neste ambiente, as palavras da autora representam um discurso anti normativo, uma vez que sua escrita, de certa forma, corre por fora do núcleo literário reconhecido no Brasil, ainda que tenha ocupado cadeira em grandes jornais. A autora atribui o afastamento das grandes editoras, por exemplo, ao fato de ser do nortista, afroindígena e identificar-se como mulher lésbica publicamente, conforme a entrevista⁸ concedida ao canal *Conversações Filosóficas*, em 2021.

Ao considerar a experiência de escrita como ato político, noto que Paloma é cronista afiada pela experiência em diferentes modos de escrita, a exemplo do conto e do romance e, mais que isso, procura em suas crônicas desafiar

⁸ Entrevista de Paloma Franca Amorim, para o canal *Conversas Filosóficas*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8uCF_Aflyb0. Acesso em 4 dez. 2022.



um sistema heterocentrado, em um lugar ocupado majoritariamente por homens, como remonta a história do gênero em tese. Isso estabelece uma conexão com o que relata Gotlib (1998), ao analisar a condição da mulher na cultura e literatura brasileiras:

A condição de subordinação da mulher brasileira, numa sociedade patriarcal de passado colonial, tal como noutros países da América Latina colonizados por europeus, deixou as suas marcas. Talvez a mais evidente delas seja a do silêncio e a de uma ausência, notada tanto no cenário público da vida cultural literária, quanto no registro das histórias da nossa literatura. (Gotlib, 1998, s.p.)

As heranças de um sistema colonial definem lugares sociais e políticos para as mulheres brasileiras e podem ser transgredidas pela criação literária, onde delimitar um território de cronista na mídia jornal simboliza o enfrentamento ao silêncio e à interdição histórica das mulheres, dentro e fora dos meios de comunicação. Amorim inaugura pela camada autobiográfica e noticiosa outro canal de interlocução com as leitoras do jornal, sem esquecer que, por ter seus textos publicados em um periódico legitimado no estado do Pará, abrangem um vasto público e podem ter iniciado um processo de reedição das principais pautas, se pensarmos em Paloma a partir das suas identidades, conforme entrevista citada anteriormente.

A trama jornalística e literária que apresento neste artigo pela via da escrita cronística, serve como leitura de processos políticos, porque a memória de um estupro enquanto problemática de interesse coletivo, pôde ser acessada pela escrita e/ou leitura. O meio de comunicação em destaque, sendo ele o jornal, é nesta interlocução, um difusor do tema e das medidas necessárias para que se reduzam os casos de estupro no Brasil. O invólucro da crônica, nesse esteio, permite trocas de experiência e, quem sabe, um gole de coragem para efetivar denúncias.

EU PREFERIA TER PERDIDO UM OLHO

No Brasil, conforme dados fornecidos pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social, reunidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁹, publicado em 2023, 75,8% das vítimas de estupro, em 2022, são crianças de até 14 anos. O relatório demonstra que em 82,7% das situações, o estuprador tem laços afetivos com a vítima, sendo, em grande parte, de autoria de algum integrante da família.

O estudo é publicado regularmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e, ainda que as informações do relatório mais recente sejam alarmantes, ressalto que houve uma queda brusca nos registros de estupro em 2020, por exemplo, no período que compreende a quarentena da pandemia por Coronavírus, decretada entre março e abril daquele ano. Tal discrepância entre os dados podem não indicar uma baixa real no número de casos, mas uma supressão das denúncias, porque as vítimas, leia-se crianças, jovens e adultas, naquele momento, passaram mais tempo em convivência direta e restrita com os agressores, o que poderá ter gerado ameaças recorrentes e, até mesmo, levado ao aumento do feminicídio¹⁰.

A crônica de Paloma Franca Amorim vem a complementar e confirmar a situação exposta. O texto apresenta-se com a densidade de quem conversa diretamente com as vítimas de estupro, estabelecendo a autorrepresentação como técnica narrativa. Assim, a ideia é convocar uma leitura coletiva, uma vez que a autora utiliza a primeira pessoa do plural como voz narradora:

⁹ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

¹⁰ Observo dados do relatório de 2020 e 2021, como forma de entender onde os dados de estupro se refletem e em quais a populações este tipo de crime é mais praticado, bem como as regiões do país onde as denúncias são mais recorrentes.



No final de toda queda tem um coice. No caso de estupro é a mesma coisa: na hora em que acontece parece que o mundo está terminado, nós sequer suspeitamos que o julgamento moral do dia seguinte (se conseguirmos sobreviver) pode ser pior do que a própria violência do ato. (Amorim, 2017, p. 17)

Neste fragmento, a autora vai direto ao ponto que é frequentemente relatado por vítimas de estupro: o dia seguinte. É quando vêm à tona sentimentos de embaraço, para dizer o mínimo, como o nojo, a angústia, o medo, a depressão e o componente que caracteriza as cenas após o crime: a exposição da vítima ao julgamento moral. Os questionamentos que já escutamos a respeito dessas histórias são continuacões da violência precedente, por exemplo: “como ela estava vestida?”, “ela estava embriagada?”, ou, “ela estava provocando?”, isso ainda, quando essas perguntas não são afirmações.

O trecho faz pensar que o estupro é uma forma de violência que compreende diferentes camadas, entre elas, a avaliação social sobre as mulheres que, para além do fato traumático, lidam com opiniões e sugestões de uma sociedade machista e misógina que atua para reverter os papéis entre vítima e autor do crime de. Isso se intensifica ao analisar a situação das representações de estupro na literatura. De acordo com Eurídice Figueiredo (2019), que estuda as representações desta ordem na literatura brasileira:

No Brasil, sociedade sexista e violenta, fica mais difícil para as mulheres fazer esse tipo de confissão pública, devido à falta de tradição e, sobretudo, pelo temor da exposição. Todas as autoras brasileiras que analisou no livro em preparação Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras (título provisório) tratam o assunto pelo viés ficcional. (Figueiredo, 2019, p. 56)

A partir disso, cumpre notar o desafio que as escritoras enfrentam ao decidirem expor relatos de estupro, como podemos ler em *Vista Chinesa*, de Tatiana Salem Levy (2021), baseada em uma história vivida por uma amiga da autora, que consiste em uma carta testemunho da personagem protagonista Júlia, endereçada aos filhos. Nesta narrativa brasileira, encontramos representações de momentos seguintes ao estupro, que reproduzem a extensão do trauma e a sensação de incapacidade experienciada pela vítima:

Aquelas idas à delegacia, os telefonemas, a ansiedade gerada cada vez que eu ia reconhecer alguém, não me permitiam seguir adiante. Em algum lugar, me parecia que abandonar a investigação seria me render ao fracasso e me transformar em número: mais uma mulher estuprada, menos um agressor preso. (Levy, 2021, p. 97)

No romance, Levy (2021) opta pela narrativa em primeira pessoa, de modo que a voz da protagonista se torna, em certa medida, a voz da autora. Diferindo desse artifício literário, a crônica de Paloma Franca Amorim é autorepresentativa e, talvez por isso, ela desenvolva o relato pela fresta do julgamento social que, além de ser parte da cultura do estupro, ilustra a periferia da cena, evidenciando os reveses da sequência do crime. A representação das pessoas a quem uma mulher violentada geralmente procura, as primeiras reações e a subjetividade estilizada estão dispostas na publicação:

Vivi duas experiências de estupro: na primeira eu tinha seis anos. Fui levada para um banheiro em uma festa de amigos de minha mãe pelo filho adolescente do casal. Guardei aquele segredo por semanas, por vergonha. Quando resolvi contar, minha mãe prontamente foi falar com a mãe do rapaz que, ao ser questionado por ela negou o ato. Passei por mentirosa, minha mãe várias vezes deu a entender que acreditava ter sido o episódio fruto de minha imaginação. Segundo o rapaz e os adultos envolvidos na trama eu, que amava imaginar e era elogiada por ser tão criativa, havia me tornado vítima de minhas ficções. (Amorim, 2017, p. 17).



No excerto, a mulher estuprada é relegada ao papel de louca e infantilizada. A cultura do estupro encontra força de continuidade no silenciamento, que é exercido em todos os âmbitos possíveis e age sobre as vítimas de forma perversa e distorcida, inclusive, se observarmos o baixo número de crônicas sobre o tema já veiculadas na imprensa, quando em comparação a outros temas triviais, como os comentários sobre a vida de artistas ou o futebol. A exemplo desta crônica, na qual uma característica própria da narradora é revertida em um motivo para culpabilizá-la, evidencia-se a recorrência dos casos de violência sexual em que, para além da objetificação corpo da mulher, ainda há a inversão de narrativa. Como exemplo, basta lembrar de *Por cima do mar*, outra narrativa presente na literatura brasileira, da autora Debora Dornellas (2018), que diz o seguinte:

Mulher jovem, preta, pobre, vinda da periferia do DF, sentada na sala de uma delegacia do Plano, na frente de dois policiais, homens, brancos ou quase brancos. Contava a eles que tinha sido violentada por dois rapazes brancos, dois filhinhos de papai do Plano Piloto(...) A mulher então passava da condição de vítima à de causadora do evento, preta oferecida, qualquer merda assim. Adormeci com essa imagem navegando no meu juízo. (Dornellas, 2018, p. 113)

A CULTURA DO ESTUPRO

Sobre a história da cultura do estupro e suas dimensões, encontro no estudo de Sohaila Abdulali (2019) uma pesquisa construída a partir dos lugares de socióloga e alguém que vivenciou este trauma. Em *Do que estamos falando quando falamos de estupro*, a pesquisadora reuniu relatos de abusos sexuais e argumenta que “o estupro, nos últimos setecentos anos, significa tomar à força” (Abdulali, 2019, p. 14), conferindo ao problema uma só resposta: “não é não”¹¹, ainda que saibamos que no Brasil as crianças são as maiores vítimas deste crime.

No mesmo sentido, Abdulali (2019) lembra que as discussões sobre o estupro tomam outras proporções na atualidade e se “globalizam” gradualmente, assinalando ainda que, a maior parte dos movimentos feministas que lutam contra esta esfera de violência, teve origem e foi disseminada pela *Internet*. Tal fato exclui diversos públicos, uma vez que o acesso é limitado em determinadas áreas do globo, o que torna comunidades inteiras em pontos cegos, onde existem pessoas que sequer conhecem o significado das reivindicações atuais a respeito do tema.

Sohaila Abdulali (2019) imagina, por exemplo, uma mulher da Suazilândia, que talvez não esteja nas redes sociais e não tenha acesso a informações mais amplas sobre o tipo de crime em pauta. Em outro contexto, eu imagino a realidade do Brasil, onde um número enigmático de mulheres que, por exclusão digital proporcionada pela desigualdade socioeconômica enfrentam o abuso sexual em sua trajetória e, talvez, jamais obtenham apoio psicológico, conhecimento sobre os próprios direitos, ou mesmo, saibam reconhecer uma situação de estupro, considerando que o estupro parental, ainda segundo o Anuário, é o mais comum entre as vítimas.

Desta forma, a crônica de Paloma funciona no periódico como uma possível face do jornalismo de denúncia, pois cita uma notícia, que contém elementos previamente checados para ilustrar o relato pessoal e elenca dados quantitativos de pesquisas relativas ao estupro. Nesse ponto, lança a análise pela via literária, não somente porque articula o enredo que tem por objetivo a publicação no jornal, mas por utilizar artifícios característicos do gênero crônica (para citar apenas alguns: relato breve, metaforização, ironia, oralidade na escrita, criticidade, contemporaneidade).

Sendo assim, a escritora enfatiza que os estupros, para além de atos sexuais não consentidos, ainda registra a imaginação invocada por quem escuta estas histórias. A cronista ao expor para a própria mãe o que ocorreu, recebe um comentário que coloca o relato em cheque e com isso, busco questionar e responsabilizar, em certa medida, a

¹¹ Referência à campanha “Não é Não!” promovida pelo coletivo de mesmo nome, que teve origem no Rio de Janeiro, em 2017, objetivando alertar e evitar casos de assédio durante o Carnaval. Fonte: <https://benfeitoria.com/canal/naoenao>. Acesso em 30 de setembro de 2021.



quem desacredita a palavra de uma vítima. Isso porque, acredito, assim como Abdulali (2019, p. 15), que “estupro é um crime, que tem um criminoso e uma vítima” e que a tradição de relativizar um pedido de ajuda quando ocorre um estupro, é o que leva muitas mulheres a não prosseguirem com a denúncia. É o que relembra Eliane Brum, cronista brasileira que tem seus textos publicados no *El País* e lança o olhar sobre essa inversão de narrativas exemplificando por meio de uma notícia¹² o que pode causar uma sociedade em que a cultura do estupro pode ser, aliás, incentivada pelos representantes de governo. No trecho desta crônica¹³, a autora refere-se ao presidente do Brasil naquela época:

Em seus atos, ele garantiu ao seus iguais que poderão seguir abusando de mulheres como Mari Ferrer, vítima de estupro que foi violentada mais uma vez durante o julgamento ao ser tratada como culpada. Em seus atos, o presidente do Brasil está reafirmando que os homens poderão seguir dizendo que o acusado de estupro não tinha condições de perceber que a vítima estava inconsciente e seguir julgando o comportamento da vítima em vez do ato do estuprador. Essa é a mensagem sempre que ele publicamente humilha uma mulher com palavras ou gestos ou decisões. (Brum, 2018, s.p.)

Assim como Eliane Brum, a crítica de Paloma, mesmo que pelos recursos voltados à literatura, escancara a violência como esse arrancar de partes, em que se paga os preços físico e psíquico em silêncio. Uma parte disso está na crônica:

Na mesma época um vizinho com quem eu costumava brincar jogou uma pedra no meu olho direito que quase me deixou cega. Lembro-me de quão desesperada minha mãe ficou, dizia que ele poderia ter acabado com minha vida. Um dia falei: e aquela vez que me levaram para o banheiro? Foi grave também. Ela respondeu: perder um olho é mais grave, esquece essa história.

Eu preferia ter perdido um olho. (Amorim, 2017, p. 17)

A crônica, deste modo, exerce uma função catártica de dupla comunicação, mesmo que a conta gotas: 1. através da fala sobre a cena traumática e o silenciamento e, 2. pela recepção, o que me faz imaginar mulheres que, ao lerem a representação, rememoram algum acontecimento, numa tomada de consciência sobre a própria história. Com isso, reafirmo o papel social da crônica enquanto gênero que surge e até hoje está abrigado nos jornais e, por este motivo, ganha notoriedade e difusão, podendo permitir acesso a diversos públicos, ainda que se tenha em mente a desigualdade no acesso a esses materiais, tanto literários, quanto jornalísticos.

Para pensar sobre o impacto das representações de estupro escritas por mulheres, lembro de Figueiredo (2019), quando pontua que: “na tradição ocidental masculina, enquanto o incesto é obscurecido, o estupro é naturalizado, como se o ato sexual sem o consentimento da mulher fosse normal”, ou seja, que pela repetição o ato acaba por se naturalizar na sociedade, tal e qual o silêncio sobre ele. A consideração do estupro da forma como está impressa no presente, e aqui sublinho o espaço da mulher como cronista que utiliza os textos como ferramenta de modificação social, leva-me a questionar sobre quem tem o direito discursivo quanto às questões que envolvem os direitos das mulheres.

Ao observar alguns jornais de grande circulação no Brasil, percebo que o número de mulheres cronistas ainda é ínfimo, quando comparado aos homens que publicam este gênero literário. Diante disso, as formas e espaços de representação da contemporaneidade devem ser mais inclusivos e equânimes, uma vez que com estas qualidades

¹²Análise publicada no *El País*, sobre o caso Mariana Ferrer: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-11-08/caso-mariana-ferrer-revela-cegueira-de-genero-no-judiciario-o-que-fazer-agora.html>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

¹³ A crônica em destaque só pode ser lida por assinantes do jornal, porém, está disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/tag/eliane-brum/>. Acesso em 18 de nov. de 2023.



de crítica como as aqui exemplificadas, uma vez expostas nos meios de comunicação, alteram o diálogo sobre a atualização e aplicação das leis, podendo se tornar mais visíveis.

A crônica de Paloma Franca Amorim representa a urgência de que mais mulheres ocupem os meios de comunicação, para que se evidenciem os discursos originados em uma sociedade quem tem no estupro, um bastidor das relações de poder. Assim, Paloma ratifica o pensamento e relata: “com vinte e cinco anos vivi uma dessas tragédias que acontecem de onze em onze minutos nas ruas da cidade, porque as vias públicas não são feitas para mulheres que andam sozinhas”, lembrando-me que o verbo viver, flexionado na primeira pessoa do singular confere força ao relato, concomitante ao fato de que as cidades não são feitas para mulheres.

A partir daí, o relato bifurca-se em uma discussão que vai desde os dados sobre estupro advindos de fontes oficiais e remonta a uma contrafação acerca de quem tem o poder discursivo, desta vez, sobre a cidade, o que está profundamente colado às origens do gênero¹⁴ aqui analisado. No cenário urbano, a autora registra o que sente ao efetuar uma ocorrência junto à delegacia:

Mais uma vez culpabilizada, agora pela delegacia da mulher: a escrivã tanto me constrangeu que eu até pensei em não fazer o boletim de ocorrência só insisti no assunto porque estava acompanhada de uma amiga e não podia abrir mão do caríssimo tratamento preventivo de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, garantido pelo Estado em caso de comprovação da violência sexual. (Amorim, 2017, p. 17)

O extrato representa uma violência recorrente e persistente que ocorre quando há a decisão de denunciar. Ainda que mulheres estupradas disponham de meios oferecidos pelo Estado, e no destaque a autora cita a normativa¹⁵ lançada em 2012, que protege e pretende tratar da saúde da mulher violentada. Nesses espaços, é comum que haja constrangimento, isso quando a vítima não é interrogada por um oficial, em uma delegacia não especializada, a depender da localidade onde ocorre o crime.

O relato deixa a sensação de que a mulher é obrigada a habitar a violência masculina e, por mais que a vítima ambicione o autocontrole, a independência e o afastamento do fato para instaurar sua condição de pessoa, ela passa por um processo de solidão, assim como descreve Paloma (2017, p.17): “solidão é o nome que dou para a dor psicológica de estupro”. O excerto comunica-se com um dos questionamentos sobre estupro lançado por Abdulali (2019), no qual a autora pergunta-nos: “o que acontece quando você guarda um segredo tão grande?”. Para ela, essa solidão silenciosa acontece, pois, falar e denunciar um estuprador pode ter consequências materiais e afetivas para a vítima, de forma que abrir a história de um estupro para as pessoas com quem mais se convive pode gerar afastamento, pelo simples fato de que não é possível controlar a reação do outro, ao se tratar de um assunto mistificado.

A crônica, nesse sentido, serve de agente desmistificante e, mesmo que este seja um tipo de experiência intraduzível, no sentido de abarcar a dor da vítima por meio da linguagem, pode, em certo nível, aproximar experiências e facilitar

¹⁴ Antônio Cândido (2003), quando teoriza a crônica, defende a ideia de que é um gênero que tem origem na cidade e, inicialmente, foi destinado ao leitor do meio urbano. Porém, para pensar as crônicas mais atuais, convém questionar de qual cidade fala esta teoria e a qual leitor este tipo de texto esteve endereçado?

¹⁵ “Esta nova edição cumpre, assim, um dos principais eixos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher — expandir e qualificar redes estaduais e municipais de atenção integral para mulheres e. 10. MINISTÉRIO DA SAÚDE adolescentes em situação de violência e configurar uma rede nacional voltada ao atendimento em saúde das múltiplas formas expressas da violência sexual. Pretende, dessa forma, auxiliar profissionais de saúde na organização de serviços e no desenvolvimento de uma atuação eficaz e qualificada nos casos de violência, bem como garantir o exercício pleno dos direitos humanos das mulheres, base de uma saúde pública de fato universal, integral e equânime.” Fonte: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf Acesso em: 28 de setembro de 2021.



a autoidentificação com a autora do relato. Isso acontece quando se entende a crônica como ao ampliadora da visão sobre uma notícia¹⁶:

A situação atroz que ocorreu com a jovem de dezesseis anos no Rio de Janeiro revela o quanto a cultura do estupro ainda é naturalizada. Os trinta e três agressores não manifestaram nenhum constrangimento ao postar o crime nas redes sociais. Esses rapazes antes de serem monstros são homens. Muitos deles inclusive são trabalhadores, pais, irmãos primos, “pessoas de bem”. Digo isso não para diminuir sua responsabilidade sobre a violência, mas para apontar que animalizá-los, torná-los desumanos, é um jeito de compor uma cortina de fumaça para um problema de gênero histórico que açoita diariamente as mulheres — em todas as esferas sociais — é evidente que nas camadas precarizadas nível de incidência desses crimes é muito maior do que nas camadas privilegiadas, não tenho dúvida disso, por fatores como, por exemplo, o desmonte político e socio-educacional das regiões periféricas. (Amorim, 2017, p. 17)

Desta passagem, destaco dois pensamentos: 1. a desumanização do agressor gera a secundarização da violência em si e, 2. a desigualdade social é motor para inúmeras violências, inclusive, as de gênero. Tais apontamentos levam ao que pensa Monique Wittig (2019) sobre os nossos corpos serem produtos de uma articulação que nos coloca sobre o espectro de incontáveis determinações promovidas pelo patriarcado. A teórica sublinha que “quanto aos indivíduos, eles são apenas o produto de relações sociais” (Wittig, 2019, p. 89) e isso é o que também indica Amorim (2017), ao frisar a desigualdade socioeconômica como fundadora da cultura do estupro.

Não pretendo com isso, diminuir ou suprimir o fato de que pessoas de classes privilegiadas (homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e ricos) cometem estupros. Pelo contrário, é inadiável que se fale que nas classes mais abastadas o estupro é fato recorrente e o que pode mudar nesse meio, é a forma de silenciamento da vítima, feita sob pena de outras chantagens como a financeira, por exemplo.

Sobre os engenhos que mantêm a ordinariedade do estupro, Paloma diz o seguinte:

O patriarcado, o machismo e a misoginia vigoram como mentalidade e geram atitudes concretas e cotidianas. Se o caso do Rio de Janeiro produz indignação, é bom que se procure outros episódios semelhantes. Basta prestar atenção: eles estão (ou não) em curtas notas nos jornais todos os dias. Ali ou no silêncio da sua irmã. (Amorim, 2017, p. 18)

Para analisar os motivos pelos quais a cultura do estupro é perpetrada, é válido lembrar da colocação de Monique Wittig (2019), quando ela aborda as questões de gênero como problemáticas concretas da sociedade e que produzem as violências:

Problemas supostamente “subjativos”, “individuais” e “privados” são de fato problemas sociais, problemas de classe e sexualidade não é para as mulheres uma expressão individual e subjetiva, mas uma instituição social de violência. (Wittig, 2019, p. 91)

Com isso, entrecruzam-se os fatos de que uma violência física e psicológica como é o estupro e o silenciamento da mulher na literatura, como assinala Gotlib (1998), são tentáculos da instituição social machista em que se vive. Essa estrutura é responsável por reiterar imagens de subalternização da mulher e a as cronistas, nesse sentido, tem um papel ainda mais delicado a cumprir: unir a representatividade de temas interditados pela sociedade à linguagem literária, para expor no jornalismo.

¹⁶ Este é um exemplo da notícia supracitada: 'Cultura do estupro' no Brasil é destaque na imprensa internacional. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36395988>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crônica, considerada como um gênero menor por quem a teorizou, na atualidade vai ao encontro de uma série de mulheres cronistas que fazem da linguagem, uma oportunidade de criar documentos históricos, a exemplo de Eliane Brum, Giovana Madalosso, Djamila Ribeiro e tantas outras. Com isso, abrem-se outras necessidades de pesquisa, para avançar nas buscas por autoras que ainda não receberam reconhecimento e não estão nos principais eixos culturais do país, como é o caso da autora em tela que, para além desta representação de violência, em outros textos elenca referências do cotidiano de uma mulher do Norte do país, escritora, afroindígena...

O que é notório no trabalho literário desta autora é que não há uma tentativa de incursionar na autoficcionalidade, senão um mergulho nas próprias experiências. Isso ocorre em outras crônicas presentes em *Eu preferia ter perdido um olho* e, sob meu ponto de vista, configura-se aí uma tendência na produção de crônicas na atualidade. Com efeito, a crônica escrita por mulheres nos últimos anos, desfaz algumas ideias que temos a respeito do gênero, de forma que aquela pretensa escrita descompromissada fica para trás, abrindo espaço para um lugar de crítica social, autorrepresentação e, acima de tudo, um lugar de debate político. Digo isso porque, como pesquisadora das crônicas, tenho visto escritoras e jornalistas utilizarem seu poder de relato, para estabelecer um senso de comunidade, a exemplo de Cidinha da Silva, outra cronista que centraliza problemas de gênero, raciais e de classe em suas publicações.

A representação acerca do estupro, nos moldes da crônica, se faz necessária, pois existem mulheres que, quando em situação de dor (com o poder de expor suas histórias ou não) enfrentam múltiplos modos de silenciamento. Isso porque, além de um estupro muitas vezes não ser reconhecido como tal pela própria vítima (em referência ao estupro marital), ainda adiciono alguns fatores que impedem as denúncias: a dependência financeira; as chantagens emocionais; a confiança depositada no criminoso, impulsionada por um discurso de culpabilização da vítima; a possibilidade de perder a guarda dos filhos e, por fim, o medo de perder a própria vida. Isso tudo, sem entrar em questões como o estupro de vulnerável, que pode ainda ser intrafamiliar/incestuoso.

A exemplo de Abdulali (2019), que acredita no poder do relato e que julga necessário abordar os fatos como forma de incentivo à discussão e à denúncia, é possível que a crônica de Paloma Franca Amorim tenha cumprido função semelhante. Ademais, o debate sobre esta violência de gênero cria meios de expandir a rede de apoio às vítimas. Isso acontece por meio da leitura de uma crônica, da análise de um texto literário no âmbito acadêmico, ou então, prestando ouvidos para escutar aos estranhos silêncios que perpassam as relações sociais.

REFERÊNCIAS

Abdulali, S. (2019). *Do que estamos falando quando falamos de estupro* (L. R. Gil, Trad.). Vestígio.

Amorim, P. F. (2017). *Eu preferia ter perdido um olho*. Alameda.

Buitoni, D. S. (1990). *Imprensa Feminina* (2.^a ed.). Ática.

Duarte, C. L. (2018). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Autêntica.

Dornellas, D. (2019). *Por cima do mar*. Patuá Editora.

Figueiredo, E. (2019). Violência e sexualidade em romances de autoria feminina. *Revista Interdisciplinar*, 32, 137–149. <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/12872/9705>

Gotlib, N. B. (1998). *A literatura feita por mulheres no Brasil*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6526603/mod_resource/content/1/A%20literatura%20feita%20por%20mulheres%20no%20Brasil_N%C3%A1dia%20Gotlib.pdf



Levy, T. S. (2021). *Vista Chinesa*. Todavia.

Wittig, M. (2019). *Não se nasce mulher*. In *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 83–92). Bazar do Tempo.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.